

**Artigo 4º** — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, exceto em relação aos artigos 2º e 3º, que entrarão em vigor em 1º de dezembro de 1995.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1995

MÁRIO COVAS

Yoshiaki Nakano

Secretário da Fazenda

Robson Marinho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 22 de novembro de 1995.

PROTOCOLO ICMS-S/N, DE 20-09-95

Altera dispositivo do Protocolo ICMS S/N, de 07-12-95, celebrado entre os Estados de Santa Catarina e São Paulo, para autorizar a transferência de crédito acumulado do ICMS entre empresas situadas nos Estados signatários

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, considerando o disposto na cláusula décima primeira do Convênio AE-771, de 05 de maio de 1971, e no artigo 37 do Regulamento do Conselho Nacional de Política Fazendária, aprovado pelo Convênio ICMS 17/90, de 13 de setembro de 1990, resolvem celebrar o seguinte:

**Protocolo:**

Cláusula primeira — Passa a vigorar com a seguinte redação o "caput" da cláusula sexta do Protocolo S/N, celebrado em 07 de dezembro de 1994, entre os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, para autorizar a transferência de crédito acumulado do ICMS entre empresas situadas nos seus territórios:

"Cláusula sexta — Ocorrendo desequilíbrio entre o valor dos créditos transferidos e dos créditos recebidos, dentro do limite previsto no parágrafo segundo da cláusula primeira, o Estado signatário em situação de desvantagem providenciará para que a compensação seja realizada, até que se restabeleça o equilíbrio."

Cláusula segunda — Este protocolo entra em vigor na data de sua celebração.

Santa Catarina:

São Paulo:

OFÍCIO GS-CAT N° 859-95

Senhor Governador

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços — RICMS, e aprova Protocolo.

O artigo 1º aprova o Protocolo S/Nº de 20-9-95, celebrado entre Santa Catarina e São Paulo, para autorizar a transferência de crédito acumulado do ICMS entre empresas situadas nestes Estados.

As alterações trazidas pelos artigos 2º e 3º visam adequar o Regulamento do ICMS à recente Lei 9.176, de 2 de outubro de 1995, que alterou a Lei 6.374, de 1º de março de 1989, no que se refere ao instituto jurídico-tributário da sucção passiva por substituição, em relação às operações com combustíveis e lubrificantes, derivados de petróleo.

As alterações propostas são as explicitadas a seguir:

a) no inciso I do artigo 2º fixa-se o diferimento do lançamento do imposto nas operações com petróleo bruto para o momento em que houver a saída dos produtos derivados;

b) no inciso II do artigo 2º, estabelece-se a substituição tributária dos Distribuidores de combustíveis, líquidos ou gasosos derivados de petróleo e dos Fabricantes de lubrificantes, também derivados de petróleo, em relação às saídas subsequentes desses produtos até o consumo final;

c) No artigo 3º, pelos seus incisos II e III, é introduzida disciplina que permitirá o pagamento do imposto nas operações realizadas com combustíveis e lubrificantes, derivados de petróleo, nos períodos de 1º a 10 e 11 a 20 de cada mês, sem que haja mudanças no regime de apuração mensal do estabelecimento industrializador do petróleo.

Pelo seu inciso I, prevê-se a possibilidade de se transferir créditos acumulados de imposto originado das transferências interestaduais de combustíveis e lubrificantes, derivados de petróleo bruto, e de álcool carburante.

Finalmente, no artigo 4º, trata-se da entrada em vigor dos dispositivos comentados.

Com essas justificativas e propondo a edição de decreto conforme a minuta, aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de estima e alta consideração.

Yoshiaki Nakano

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor MÁRIO COVAS

Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

**■ DECRETO N° 40.475, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995**

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços — RICMS

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 59 da Lei nº. 6.374, de 1º de março de 1989 e no Convênio ICMS — 38-88, de 11 de outubro de 1988.

**Decreto:**

Artigo 1º — Passam a vigorar com a redação que se segue os itens 13 e 15 da Tabela II do Anexo VI do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços — RICMS, aprovado pelo Decreto nº. 33.118, de 14 de março de 1991:

"13 - 40.010 a 40.273,	40.277 a 40.279,	40.281 a 40.307,	40.309 a 40.345,	40.370 a 40.378,	40.380 a 40.396,	40.398 a 40.569,	40.650 a 40.715,	40.717 a 40.729,	40.737,	40.770 a 40.820,	40.822 a 40.849,	42.091 e 42.097,	53.250 a 53.849.
72.000.....	25 (dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador)												
"15 - 40.274 a 40.276,	40.308,	40.397,	40.570 a 40.643,	47.274 a 47.276,	47.570 a 47.643....	10 (dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador)							

Artigo 2º — Fica acrescentado o item 397 à Tabela II do Anexo VII do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços — RICMS, aprovado pelo Decreto nº. 33.118, de 1º de março de 1991: "397 — Painéis de madeira MDF".

Artigo 3º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1995

MÁRIO COVAS

Yoshiaki Nakano

Secretário da Fazenda

Robson Marinho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 22 de novembro de 1995.

OFÍCIO GS-CAT N° 884-95

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços — RICMS.

As alterações referidas são concernentes à inclusão de Painéis de madeira MDF na relação de produtos do Regulamento do ICMS e à atribuição de prazo para recolhimento do imposto incidente nas operações realizadas com essa mercadoria. Trata-se de produto fabricado com alta tecnologia, sem similar neste sentido, proporcionando investimento adicional na economia paulista.

Com essas justificativas e propõendo a edição de decreto na forma ora oferecida, aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de estima e alta consideração.

Yoshiaki Nakano  
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
Doutor MÁRIO COVAS  
Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

**■ DECRETO N° 40.476, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995**

Dispõe sobre a oficialização do 15º Encontro Nacional de Defesa do Consumidor e do 11º Encontro Estadual de Defesa do Consumidor

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**Decreto:**

Artigo 1º — Ficam oficializados o 15º Encontro Nacional de Defesa do Consumidor e 11º Encontro Estadual de Defesa do Consumidor, a realizar-se nos dias 13 e 14 de dezembro de 1995, na sede permanente do Parlamento Latino Americano — PARLATINO, em São Paulo — Capital.

Artigo 2º — Cabe à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania fornecer o suporte técnico, administrativo e financeiro aos eventos de que trata o artigo anterior.

Artigo 3º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1995

MÁRIO COVAS

Belisário dos Santos Junior

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Robson Marinho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 22 de novembro de 1995.

**■ DECRETO N° 40.461, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1995**

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público, visando ao atendimento de Despesas Correntes

**Ratificação do D.O. de 18-11-95**  
Na Tabela 3

TABELA 3	Margem Orçamentaria		Valores em reais	
	Especificação	Valor Total	Recursos do Tesouro e Vinculados	Recursos Próprios
LEI ART PAR INC ITEM				
onde se lê:				
9.033 8		43.222.974,00	43.222.974,00	0,00
leia-se:				
9.033 8	I	43.222.974,00	43.222.974,00	0,00

**ATOS DO GOVERNADOR**

**Despachos do Governador, de 22-11-95**

No processo SJDC-184.738-80 sobre convênio: "A vista dos elementos de instrução do processo e nos termos do parecer 1.143-95, da AJG, autorizo a celebração de convênio entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Administração Penitenciária, a Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel — FUNAP, a Fundação Roberto Marinho e o Sistema FIESP (FIESP/CIESP/SES/SENAI), objetivando a implantação do Telecurso 2000 nos Estabelecimentos Penais do Estado; observadas as recomendações assinaladas no item 7 da aludida manifestação e as demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria".

No processo SAP-GS-982-95 sobre convênio: "A vista dos elementos de instrução do processo e nos termos do parecer 1.220-95, da AJG, autorizo a celebração de convênio entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria dos Negócios de Esportes e Turismo, e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, tendo por objeto a conclusão das obras do Ginásio de Esportes, observada a recomendação constante do parecer, bem como as normas legais e regulamentares atinentes à matéria".

No processo SET-982-95 sobre convênio: "Tendo em vista os elementos de instrução do processo, o parecer 1.205-95, da AJG, autorizo a celebração de convênio entre o Estado, por meio da Secretaria dos Negócios de Esportes e Turismo, e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, tendo por objeto a conclusão das obras do Ginásio de Esportes, observada a recomendação constante do parecer, bem como as normas legais e regulamentares atinentes à matéria."

**GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Secretário: Antonio Angarita  
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - Fone: 845.3344

**■ DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Julgamento de Licitações**

Processo GG 983-95 — Convite 75-95, referente à contratação de empresa especializada para fornecimento mensal de até 5.100 garrafões de água mineral, s/gás, de 1.500 ml, em PVC para atender consumo do Secretário do Governo e Gestão Estratégica.